

A CRIAÇÃO DA MEDICINA MILITAR COMO SUBESPECIALIDADE MÉDICA¹

THE CREATION OF MILITARY MEDICINE AS A MEDICAL SUBSPECIALITY

Ana Raquel Amaral Rebelo

Capitão do Serviço de Saúde Militar
Mestre em Saúde Militar, Especialidade Medicina Veterinária, pela Academia Militar
Médica Veterinária da Unidade de Militar de Medicina Veterinária
1104-469 Lisboa
rebelo.ara@mail.exercito.pt

Francisco José Ferreira Rosa

Capitão do Serviço de Saúde Militar
Mestre em Saúde Militar, Especialidade Medicina, pela Academia Militar
Médico do Hospital das Forças Armadas – Polo Porto
4050-113 Porto
rosa.fjf@mail.exercito.pt

Maria João Pereira de Oliveira

Capitão do Serviço de Saúde Militar
Mestre em Saúde Militar, Especialidade Medicina, pela Academia Militar
Médica do Centro de Tropas de Operações Especiais
5100-104 Lamego
oliveira.mjp@mail.exercito.pt

Sara Filipa Bordelo Dias Grazina

Capitão de Serviço de Saúde Militar
Mestre em Saúde Militar, Especialidade Medicina, pela Academia Militar
Chefe da Secção de Medicina da Repartição de Saúde da Direção de Saúde do Exército
1104-469 Lisboa
grazina.sfd@mail.exercito.pt

Joaquim Dias Cardoso

Tenente-coronel do Serviço de Saúde Militar
Licenciatura em Medicina; Especialidade em Medicina Interna;
Diretor do Centro de Saúde Militar de Coimbra
3030-405 Coimbra
cardoso.jd@mail.exercito.pt

Resumo

A Medicina Militar possui características específicas que a individualizam relativamente às restantes áreas do conhecimento médico. Este trabalho tem como objetivo principal propor ferramentas catalisadoras à criação da Medicina Militar como uma diferenciação técnico-profissional. Para tal, recorreu-se a uma metodologia de raciocínio de tipo

Como citar este artigo: Rebelo, A. R. A., Rosa, F. J. F., Oliveira, M. J. P., Grazina, S. F. B. D., & Cardoso, J. D. (2019). A Criação da Medicina Militar como Subespecialidade Médica. *Revista de Ciências Militares*, novembro, VII(2), 265-291. Retirado de <https://cidium.iium.pt/site/index.php/pt/publicacoes/as-colecoes>

¹ Artigo adaptado a partir do trabalho final de grupo realizado no âmbito do Curso de Promoção a Oficial Superior 2018/19 (2.ª edição), cuja defesa ocorreu em julho de 2019, no Instituto Universitário Militar.

indutivo, de acordo com uma estratégia de investigação mista, seguindo um desenho de pesquisa do tipo “estudo de caso”. Em termos de resultados, concluiu-se que a formação complementar em Medicina Militar em Portugal tem lacunas, principalmente ao nível da medicina de emergência e trauma. Verificou-se, ainda, que o modelo mais adequado para a certificação da Medicina Militar é a Competência pela Ordem dos Médicos, e que uma formação teórico-prática estruturada e completa constitui-se como um fator essencial para a certificação técnico-profissional em Medicina Militar. Como áreas principais a incluir num programa de formação em Medicina Militar, certificado como competência, foram elencadas: *Advanced Trauma Life Support; Tactical Combat Casualty Care; Trauma Tático / Medicina Tática; Gestão do Stress; Medicina Tropical / Viajante; Medicina de Catástrofe; Medicina Ambiental; Medicina Nuclear, Biológica, Química e Radiológica; Evacuações Médicas; Formação em Emergência e Trauma; Classificação e Seleção; Juntas Médicas; Economia, Gestão e Liderança em Saúde.*

Palavras-chave: Certificação, Diferenciação técnico-profissional, Formação Complementar em Medicina Militar, Medicina Militar, Saúde Militar.

Abstract

Military Medicine has specific features that distinguish it from other areas of medical knowledge. This work aims to propose tools that can be used to establish Military Medicine as a technical and professional specialisation. To that end, the study uses an inductive reasoning methodology, a mixed research strategy and a “case study” research design. The study revealed gaps in the training of Portuguese military doctors, especially with regards to emergency and trauma medicine. The results showed that the most appropriate model of certification for a training programme in Military Medicine is the Competency awarded by the Portuguese Medical Association, and that a comprehensive theoretical and practical training curriculum is essential to establish a technical and professional certification in Military Medicine. The main areas to be included in an accredited Military Medicine training programme are: Advanced Trauma Life Support; Tactical Combat Casualty Care; Tactical Trauma / Tactical Medicine; Stress Management; Travel and Tropical Medicine; Disaster Medicine; Environmental Medicine; Chemical, Biological, Radiological and Nuclear Medicine; Medical Evacuation; Emergency and Trauma Training; Classification and Selection; Medical Evaluation Boards; Health Economics, Management and Leadership.

Keywords: *Certification, Technical and Professional Specialisation, Complementary Training in Military Medicine, Military Medicine, Military Health.*

1. Introdução

A Medicina Militar (MedM) representa um conjunto de conhecimentos, competências e práticas inerentes ao exercício da medicina em ambiente militar (Palma, 2003). Em Portugal, a carreira médica militar remonta à década de 70, promulgada no Decreto-Lei n.º 519-B/77, que criou o Estatuto da Carreira Médico-Militar (Conselho de Revolução,

1977). Na década de 90, com a integração de oficiais médicos militares (OfMed) em contingentes multinacionais, foi identificada a necessidade de formação complementar em Medicina Militar (Gomes, 2006). Atualmente, apesar de já existir formação complementar em Medicina Militar, persiste a necessidade de esta ser padronizada, certificada e em concordância com os requisitos da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) (NATO, 2013b), comum aos três Ramos das Forças Armadas (FFAA) e na dependência do Estado-Maior General das Forças Armadas (EMGFA) (Castro, 2017). Na reforma do Sistema de Saúde Militar (SSM), do Programa do XIX Governo Constitucional, reúnem-se duas componentes para as quais o OfMed deve estar preparado: operacional e assistencial (Ministério da Defesa Nacional (MDN), 2014a).

O OfMed é a base do apoio sanitário (ApSan) (Linares, 2012), desempenhando uma ampla variedade de tarefas no âmbito da medicina operacional (MedOp) e assistencial. O objeto de investigação deste estudo é a Medicina Militar. Pretende-se que o trabalho incida de forma particular na padronização e certificação da formação complementar em Medicina Militar dos OfMed dos três Ramos das FFAA.

Esta investigação pretende assim contribuir para a criação da Medicina Militar como diferenciação técnico-profissional certificada. O estudo foca-se em particular na formação complementar em Medicina Militar para o OfMed no universo das FFAA que não se encontre já incluída na sua formação base (nomeadamente a formação dada nos Estabelecimentos de Ensino Superior Público Universitário Militar (EESPUM) e nos Estabelecimentos de Ensino Superior Civil (EESC) com os quais têm protocolo). Dada a abrangência do tema e as características muito específicas da Medicina Subaquática e Hiperbárica (MSH) e da Medicina Aeronáutica, estas áreas não são abordadas neste trabalho. A pertinência deste estudo decorre da importância de identificar um programa de formação complementar em Medicina Militar para os OfMed dos três Ramos das FFAA, integradas nas diretrizes dos programas de formação em saúde operacional (SOp) de Organizações Internacionais (OI) em que Portugal está atualmente inserido (nomeadamente OTAN e Organização das Nações Unidas (ONU)), assim como em identificar e clarificar a melhor forma desta formação ser devidamente certificada.

O objeto de investigação está delimitado em três domínios: conteúdo, formação complementar com os requisitos necessários para que a Medicina Militar se possa constituir como uma diferenciação técnico-profissional (com as exceções já apresentadas, a MSH e a Medicina Aeronáutica); espaço, OfMed dos três Ramos das FFAA; tempo, o período atual de reestruturação da Saúde Militar (SM).

Pelo referido, tem por objetivo geral (OG) *Propor ferramentas catalisadoras à criação da Medicina Militar como diferenciação técnico-profissional*, e por objetivos específicos (OE):

OE1: Analisar como está organizada a formação em Medicina Militar em Portugal e noutras FFAA;

OE2: Analisar de que forma pode a Medicina Militar ser certificada;

OE3: Analisar as necessidades de formação complementar em Medicina Militar.

Para orientar todo o processo de pesquisa acerca do problema de investigação, é definida a seguinte Questão Central (QC) de investigação: *Que ferramentas podem ser catalisadoras à criação da Medicina Militar como diferenciação técnico-profissional em Portugal?*

2. Enquadramento teórico e conceptual

2.1. Estado da arte e conceitos estruturantes

2.1.1. Formação

A *formação* pode ser entendida como um conjunto de atividades que visam a aquisição de conhecimentos, perícias, atitudes e formas de comportamento exigidas para o exercício de um cargo ou profissão (CIME, 2001). De acordo com o Estatuto dos Militares das FFAA,

[...] o ensino e a formação nas FFAA visam a preparação de todos os militares para o desempenho de cargos e exercício de funções de cada categoria e quadro especial, concretizando-se em percursos formativos estruturados na aquisição e desenvolvimento de competências. (MDN, 2015, pp. 3211-3212)

No âmbito da formação em Medicina Militar podem ser consideradas duas áreas fundamentais: a assistencial e a operacional, sendo que esta última se subdivide numa componente transversal aos Ramos e outra específica dos Ramos (Castro, 2017).

Portugal tem responsabilidades assumidas no âmbito de OI como a OTAN e a ONU, entre outras, que motivam a participação das FFAA em diversas áreas, nomeadamente em missões internacionais. A OTAN, identifica a formação como um dos pilares essenciais para se atingir o nível de excelência, sendo imperiosa a formação do pessoal de saúde de acordo com a sua doutrina (MDN, 2016).

Em Portugal, apesar das significativas reestruturações e da progressiva integração entre os vários Ramos na área da saúde assistencial, no que respeita à SOP está ainda por definir um modelo de formação comum, quer no que respeita ao conjunto de áreas formativas disponíveis e ações formativas a desenvolver, quer no que respeita à execução das mesmas (Castro, 2017; EMGFA, 2018).

2.1.2. Medicina militar

Nos últimos anos a SM sofreu alterações significativas. Atualmente o SSM “deve organizar-se como um sistema integrado, assente numa função operacional e numa função assistencial ou hospitalar aos militares e aos seus familiares, abrangendo todas as vertentes técnicas da SM” (MDN, 2014). Este novo modelo que englobou a junção de valências do foro da medicina assistencial levou a várias alterações das quais se destacam: a criação da uma Direção de Saúde Militar (DIRSAM) no âmbito do EMGFA (MDN, 2014), a readaptação das Direções de Saúde (DS) dos Ramos das FFAA (MDN, 2014), a edificação do Hospital das Forças Armadas (HFAR) (MDN, 2015), a extinção da Escola de Serviço de SM (ESSM) (MDN, 2014) e a criação da Unidade de Ensino, Formação e Investigação em SM (UEFISM) (MDN, 2014).

Antes da criação do HFAR, os Hospitais Militares dos Ramos constituíam a base do Sistema de ApSan, (Castro, 2017). A criação do HFAR mudou este sistema, assumindo este a vertente assistencial, na dependência do EMGFA e ficando os Serviços de Saúde dos Ramos responsáveis pela prestação da SOP mantendo-se, não obstante, uma interligação entre estas duas componentes (MDN, 2016). Atualmente, o Sistema de Apoio Sanitário (SAS) dos Ramos estrutura-se em duas vertentes: o Apoio Sanitário em Campanha (ASC) e o Apoio Sanitário de Base (ASB).

Em 1977 foi criado o estatuto da Carreira Médico-Militar (CR, 1977), sendo atualmente possível o ingresso na especialidade de Medicina, no Quadro Permanente, de três formas distintas: por concurso ordinário, por concurso extraordinário ou por concurso aos EESPUM, desde 98/99 (Mendes, 2013).

A integração de elementos do SSM em Forças Nacionais Destacadas (FND) teve início na década de 90 e expôs algumas lacunas na formação complementar em matérias do foro da Medicina Militar (Gomes, 2006). Assim, teve início a organização da formação complementar em Medicina Militar. Em 1995 foi implementado um Ciclo de Estudos Especiais de SM, que decorreu ao longo de dez anos, após o qual foi criada uma pós-graduação em SM (PGSM) ao abrigo de um protocolo de cooperação com a Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa (FCM/UNL), tendo-se iniciado o primeiro curso em outubro de 2005 (Gomes, 2006; Mendes, 2013).

2.1.3. Certificação

A *certificação* na área da saúde visa reconhecer a qualidade dos vários intervenientes e promover o seu empenho voluntário na melhoria contínua, consolidando a cultura de qualidade e segurança que se deve generalizar (DGS, 2014). Com a cultura de qualidade atual em saúde, a proposta de um novo programa de formação complementar em Medicina Militar para os OfMed dos três Ramos das FFAA deverá ser certificado pois só assim as melhores práticas médicas serão devidamente estabelecidas e reconhecidas.

2.1.4. Formação complementar

Formação complementar é aquela que tem por fim proporcionar saber e / ou treino adicional, para que um indivíduo adquira novos conhecimentos. Para efeitos do presente estudo, deve entender-se por formação graduada o curso de Medicina (seja ele obtido através de licenciatura ou mestrado integrado) e por *formação complementar* toda a formação realizada (pré ou pós-graduada) para além do curso de Medicina.

2.2. Modelo de análise

Este presente estudo desenvolve-se em conformidade com o mapa conceptual apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 – Mapa conceptual

Objetivo Geral	Questão Central	Objetivos Específicos	Questões Derivadas	Conceitos	Dimensões	Indicadores	Instrumentos
OG - Propor ferramentas catalisadoras à criação da Medicina Militar como diferenciação técnico-profissional em Portugal.	QC - Que ferramentas podem ser catalisadoras à criação da Medicina Militar como diferenciação técnico-profissional em Portugal?	OE1 - Analisar a forma como está organizada a formação em Medicina Militar em Portugal e noutras FFAA.	QD1 - Como está organizada a formação em Medicina Militar em Portugal e noutras FFAA?	Formação Medicina Militar	Planos de formação existentes	Cursos <i>ad hoc</i> Currículo organizado	Pesquisa bibliográfica
		OE2 - Analisar de que forma pode a Medicina Militar ser certificada.	QD2 - De que forma pode a Medicina Militar ser certificada?	Certificação		Ordem dos Médicos Universidade Outras instituições formativas	
		OE3 - Analisar as necessidades de formação em Medicina Militar.	QD3 - Quais são as necessidades de formação complementar em Medicina Militar?	Formação complementar	Requisitos nacionais Requisitos OI	Formação teórica Formação prática Treino operacional	

3. Metodologia e método

3.1. Metodologia

Metodologicamente, este estudo caracteriza-se por um raciocínio de tipo indutivo, assente numa estratégia de investigação quantitativa com reforço qualitativo e associado a um desenho de pesquisa do tipo “estudo de caso”.

O percurso de investigação é estruturado em três fases: exploratória (pesquisa documental e entrevistas exploratórias, para enquadrar conceptualmente o objeto de estudo, possibilitar a formulação do problema de investigação e a definição dos objetivos); analítica (orientada para a recolha e análise de dados); e conclusiva (análise dos resultados da investigação e apresentação de conclusões).

3.2. Método

3.2.1. Participantes e procedimento

Participantes. Integraram este estudo 128 OfMed, maioritariamente (Quadro 2) do sexo masculino (70,3%), com idades compreendidas entre os 30-39 anos (67,2%), do Exército (68,0%), da categoria de oficial subalerno (60,9%), posicionado na carreira médica como assistente hospitalar (47,7%) e admitidos nas FFAA através dos EESPUM (86,7%).

Quadro 2 – Dados sociodemográficos da amostra de participantes

Categoria		n
Sexo	Feminino	38
	Masculino	90
Idade	< 30 anos	23
	30 - 39 anos	86
	40 - 49 anos	9
	> 49 anos	10
Ramo	Marinha	16
	Exército	87
	Força Aérea	25
Subcategoria	Oficial subalterno	78
	Oficial superior	49
	Oficial general	1
Posicionamento na carreira médica	Interno do ano comum	7
	Interno em ano de interrupção	10
	Interno em formação específica	39
	Assistente hospitalar	61
	Assistente graduado	9
	Chefe de serviço	2
Admissão nas FFAA	Por concurso externo, com especialidade concluída	1
	Por concurso externo, com licenciatura em Medicina concluída	17
	Através dos EESPUM	111

Integraram, ainda, o estudo 5 participantes/entrevistados, especificamente: Diretor de Saúde Militar, o Exmo. Sr. Contra-Almirante Médico-Naval José Jesus Silva; membro da Comissão Instaladora da Competência em Medicina Militar pela Ordem dos Médicos (OM), Dr. João Gaspar de Almeida e Sousa; membro da Comissão que instalou a competência em Emergência Médica na Ordem dos Médicos; membro e responsável pela comissão instaladora da UEFISM, Sr. Coronel Médico João Carlos Santana Mairós; e entidades dos Ramos com especial interesse e experiência na área da MedOp², especificamente o chefe do Departamento Operacional do Centro de Treino da Marinha, Sr. Capitão-tenente Médico-Naval Helder Duarte e Silva.

Procedimento. Após obtidas as devidas autorizações das chefias militares, o questionário foi apresentado aos potenciais inquiridos de forma eletrónica (através do envio da hiperligação do questionário via email a todos os OfMed das FFAA), entre 16 de maio e 26 de junho de 2019. Aos inquiridos foi também disponibilizada informação relativa ao questionário, à ausência de respostas certas ou erradas e a garantia do anonimato e da confidencialidade das respostas, unicamente destinadas a tratamento estatístico. Por seu lado, as entrevistas semiestruturadas via eletrónica e presencial.

² Neste âmbito, o único Ramo que respondeu foi a Marinha, pelo que de desconhece a posição dos seus homólogos do Exército e da Força Aérea.

3.2.2. Instrumentos de recolha de dados

Foi construído um questionário, elaborado na plataforma *on-line* “Formulários do Google”, constituído por 16 questões divididas em cinco partes: a primeira destinada à recolha de dados sociodemográficos; a segunda aborda a formação do OfMed; a terceira direcionada às funções/atividades desempenhadas pelo OfMed; a quarta dirigida para os conteúdos a contemplar na formação complementar em Medicina Militar; e a quinta focada na certificação. De notar que: nas segunda, terceira e quinta partes do questionário foram usados dois tipos de perguntas: perguntas com opção de resposta de “sim” ou “não”, com vista a identificar a existência ou não de conhecimento e/ou experiência dos OfMed em determinadas áreas; perguntas respondidas numa escala de Likert com cinco pontos, que variaram entre *Discordo totalmente* (1) e *Concordo totalmente* (5) ou *Nada importante* (1) e *Muito importante* (5). Por seu lado, na quarta parte são listadas áreas para um eventual programa de formação complementar em Medicina Militar que o respondente avalia numa escala de Likert com seis pontos, que variam entre *Nada importante* (1), *Muito importante* (5) e *Não concordo* (6). Nesta quarta parte é ainda feita uma pergunta aberta onde o respondente pode sugerir outros temas para além dos já apresentados.

Complementarmente, foi construído um guião de entrevista semiestruturada, constituído por oito questões semiabertas.

Análise dos dados recolhidos por questionários. Para além dos dados já apresentados, considerou-se importante avaliar as necessidades e dificuldades sentidas pelos principais intervenientes na área da Medicina Militar, tendo sido realizado um questionário dirigido a todos os OfMed dos três Ramos das FFAA. A segunda e terceira secções do questionário versam sobre a formação do OfMed e as funções/atividades desempenhadas pelo OfMed, respetivamente; as respostas a estas perguntas (descritas em frequência relativa, para uma amostra total de $n = 128$), encontra-se no Quadro 6. Com base na pesquisa bibliográfica realizada previamente, enumerase na quarta parte do questionário um conjunto de áreas que poderiam integrar um programa de formação complementar em Medicina Militar, encontrando-se as respostas no Quadro 7. Foi ainda dada a possibilidade de cada respondente, numa pergunta aberta, dar a sua opinião sobre outras áreas a englobar num programa de formação complementar em Medicina Militar, dos quais se salientam: curso de SAV e curso de cirurgia de controlo de danos.

4. Apresentação dos dados e discussão dos resultados

4.1. Formação em Medicina Militar em Portugal e noutras Forças Armadas

Nas FFAA de outros países membros e parceiros da OTAN e da ONU, com quem Portugal se relaciona, existem diversos modelos distintos de formação para OfMed. Para uma visão mais abrangente optou-se por investigar algumas realidades distintas. Além da realidade portuguesa apresenta-se o caso das FFAA de Espanha, por apresentar um modelo de admissão e de formação semelhante ao que está atualmente a ser ponderado para Portugal (Grupo Trabalho EMGFA, 2018); a realidade dos EUA por ser o país que mais desenvolve doutrina nas diversas áreas, incluindo na área da Medicina Militar; a Irlanda, onde a Medicina Militar está certificada como uma especialidade sendo relevante para o presente trabalho a avaliação do percurso e currículo desenvolvidos.

4.1.1. Portugal e outras Forças Armadas

4.1.1.1. Portugal

Em Portugal, a maioria dos OfMed fazem o seu mestrado integrado em Medicina em três EESPUM: Escola Naval, Academia Militar e a Academia da Força Aérea (MDN, 2008). Toda a componente científica e graus académicos são atribuídos por protocolos de cooperação celebrados pelo MDN com Faculdades de Medicina civis (MDN, 1999) e os EESPUM coordenam todo o ensino e formação militar complementar. Após a conclusão do Mestrado Integrado em Medicina os OfMed ingressam no ano comum, onde recebem doze meses de formação tutelada pós-graduada, de natureza teórico-prática (MS, 2018); no final desse ano obtêm autonomia clínica e são considerados aptos a desempenhar funções em unidades operacionais; interrompem nesta fase a sua formação no âmbito civil e são-lhes atribuídas funções em unidades dos respetivos Ramos. Para além dos OfMed admitidos para os EESPUM podem ser admitidos, através de concurso, OfMed já licenciados em medicina e autónomos na atividade médica que cumprem um programa de formação militar, de acordo a legislação em vigor (Assembleia da República (AR), 1999).

A formação dos OfMed na sua vertente assistencial inicia-se com o mestrado integrado em medicina (MDN, 2016), prosseguindo com a Formação Geral e Formação Específica numa especialidade, sob consulta dos Ramos, por determinação do EMGFA. Na sua vertente operacional, a formação complementar em Medicina Militar, é da responsabilidade de cada Ramo, não existindo atualmente um modelo comum. A SOP pode ser dividida em duas componentes fundamentais: uma geral para os Ramos, referente à emergência e evacuações médicas; e uma específica dos Ramos, nomeadamente a Medicina Aeronáutica na FA, a MSH na Marinha (Castro, 2017).

Na Marinha a formação complementar em Medicina Militar é da responsabilidade da DS. O Centro de MSH confere a formação específica aos OfMed navais, em Medicina do Mergulho (Guerra, 2013). A Escola de Tecnologias Navais assegura também formação em Suporte Avançado de Vida (SAV) (Guerra, 2013). O curso de *Advanced Trauma Life Support* (ATLS) é ministrado por entidades civis aos OfMed que sejam destacados para missões.

No Exército a formação complementar em Medicina Militar é da responsabilidade da DS que colabora nos procedimentos de gestão, formação e diferenciação técnica do pessoal de saúde (MDN, 2015c). Atualmente os OfMed do Exército fazem alguns dos cursos ministrados na ESSM de acordo com as necessidades operacionais. A parte específica do Curso de Promoção a Capitão (CPC) dos OfMed do Exército é realizada na ESSM e tem um programa que se foca maioritariamente na formação em planeamento e organização, não tendo componente prática em Medicina Militar.

Na Força Aérea (FA) a formação complementar em Medicina Militar é da responsabilidade da DS. Os OfMed deste Ramo têm formação em Suporte Básico de Vida (SBV) ministrada no Centro de Treino e Sobrevivência, ATLS, *Prehospital Trauma Life Support* (PHTLS) e SAV realizados em escolas civis, com formação certificada. A FA utiliza por vezes a ESSM na frequência do curso de técnicas de Emergência Médica orientado para FND (Guerra, 2013).

Os OfMed das FFAA realizam atualmente um CPGSM na ESSM, após a conclusão do Mestrado Integrado em Medicina. Este foi dividido em três níveis, escalonados ao longo da carreira militar (Gomes, 2006): o nível 1 ministrado imediatamente após os cursos de medicina; o nível 2 durante a permanência nos postos de 1.º Tenente/Capitão; e o nível 3 na transição de 1.º Tenente/Capitão para oficial superior. Deste projeto apenas se concretizou a implementação e manutenção do nível 1 do curso. O nível um é certificado pela FCM/UNL e tem a duração de 20 dias úteis de formação, com o plano curricular descrito no Quadro 3. O CPGSM atualmente não inclui formação em emergência nem em evacuação médicas.

Quadro 3 – Temas do Nível 1 do Curso de Pós-Graduação em Saúde Militar

Unidades de Formação / Módulos / Outras Designações	Tempos de Formação (horas)
Medicina Ambiental	20
Medicina NBQR	33
Epidemiologia	12
Apoio Sanitário Campanha	18
Medicina Tropical	25
Apoio Sanitário em Missões Internacionais	10
Avaliação	2

Fonte: Adaptado a partir de ESSM (2016).

4.1.1.2. Espanha

Desde 1989 que o *Cuerpo Militar de Sanidad* (CMS), sob a dependência da Subsecretaria de Defesa, é a entidade de SM que apoia as FFAA Espanholas e a *Guardia Civil*. O CMS é coordenado pela Inspeção Geral de Saúde englobando as valências de medicina, farmácia, veterinária, dentária, psicologia e enfermagem (Carvalho, 2016; Ortiz Gonzáles,1999). O principal órgão de formação é a Escola Militar de Saúde onde são ministrados conhecimentos militares e sanitários (Ortiz Gonzáles,1999).

Atualmente o recrutamento para o CMS é feito por concurso externo anual, de forma conjunta e independente do Ramo das FFAA em que o oficial virá a desempenhar funções e com número de vagas variável nas diferentes especialidades. Os OfMed podem ser admitidos através de três formas: antes do ingresso no ensino superior (sendo a maioria admitida por esta via), médicos licenciados e médicos especialistas (Convocatoria, 2019; Farinha, 2017).

A formação militar técnica é semelhante para todos os médicos (conteúdos programáticos no Quadro 4). Para os que ingressam para o ensino superior, a formação é realizada ao longo de seis anos, juntamente com o ensino da medicina na Universidade de Alcalá. Para os licenciados ou especialistas a formação é condensada ao longo de um ano, durante os primeiros quatro meses têm formação militar generalista nas diferentes academias militares, após a qual iniciam a formação militar técnica na área de saúde na *Escuela Militar de Sanidad* (BOD, 2015; Convocatoria, 2019; CUD Madrid, 2017; Farinha, 2017).

Quadro 4 – Conteúdos programáticos da formação militar específica de Medicina Militar em Espanha

Ano	Tema	Subtema
1.º Ano	Organização e Gestão Sanitária	Ferramentas de Informação Corporativas da Defesa
	Logística e ApSan	Organização e Logística Sanitária
2.º Ano	Organização e Gestão Sanitária	Prevenção de Riscos Profissionais Meio Ambiente e Proteção Ambiental
	Logística e ApSan	Cuidados de Saúde em Ambiente NBQR
	Saúde Pública e Comunitária	Gestão do <i>Stress</i> Fundamentos do Suporte Básico
3.º Ano	Logística e ApSan	Proteção Sanitária da Força e Inteligência Sanitária
	Saúde Pública e Comunitária	Saúde Pública
	Competências Clínicas	Eletrocardiografia Clínica Ambientes de Simulação
4.º Ano	Organização e Gestão Sanitária	Medicina no Trabalho e Saúde Laboral
	Saúde em Ambiente Tático	Assistência Sanitária em Incidentes com Multi-vítimas e Catástrofe
	Gestão de Unidades Sanitárias	Medicina Pericial
	Competências Clínicas	Proteção Radiológica para Diretores de Instalações de Radiodiagnóstico Técnicas Radiológicas e de Diagnóstico por Imagem
5.º Ano	Assistência Sanitária em Ambientes Especiais	Assistência Sanitária em Ambiente Naval
		Assistência Sanitária em Ambiente Aeronáutico
		Cuidados de Saúde em Ambiente NBQR II
6.º Ano	Saúde em Ambiente Tático	Suporte Avançado de Vida em Combate
	Gestão de Unidades Sanitárias	Gestão de Emergências Médicas e Cirúrgicas

Fonte: Construído a partir de DOB (2015).

4.1.1.3. Estados Unidos da América

Nos EUA o *Military Health System* (MHS) está dividido em cinco grandes organizações pertencentes ao Ministério da Defesa (DoD): Gabinete do Subsecretário de Defesa para Assuntos de Saúde, Agência de Saúde da Defesa, Comando Médico do Exército, Comando Médico e Cirúrgico Naval, e Comando Médico da Força Aérea. Todos contribuem separada e individualmente na execução da missão principal do MHS. (Mendez, 2018)

O concurso de admissão para OfMed é realizado por Ramo, de forma independente. A admissão pode ser realizada de duas formas: para ingresso no ensino superior na *Military Medical School* e para alunos estudantes de medicina ou já licenciados provenientes de uma escola médica acreditada pela *American Medical Association/American Osteopathic Association*. Após concluída a licenciatura em medicina, os médicos provenientes de escolas civis frequentam um estabelecimento de ensino militar onde recebem formação militar generalista durante cinco semanas (*US Army Medical Education*, 2019).

Os OfMed recebem a mesma formação e treino clínico que qualquer médico civil. O DoD é o responsável pela formação militar específica de todos os OfMed. O *Tactical Combat Casualty Care* (TC3) é a formação *standard* para todos os *first responders*, médicos ou não; para além deste conteúdo programático existem inúmeros outros, que variam de acordo com a entidade formadora.

4.1.1.4. Irlanda

Em 2012 foi criada na Irlanda a *Faculty of Military Medicine of Ireland* (FMMI), com o objetivo de obter a certificação da Medicina Militar como especialidade pelo *Irish Medical Council*, o que veio a acontecer em outubro de 2015 (ICDG, s.d.). O programa formativo desta especialidade foi desenvolvido em estreita colaboração entre a FMMI e o *Irish College of General Practitioners* (ICGP) por ser entendido que as características profissionais que um OfMed necessita têm um caráter sobretudo generalista, devendo a estrutura curricular e o programa de treino da especialidade de Medicina Militar refletir o conjunto alargado de conhecimento teórico, aptidões e atitudes que caracterizam os *General Practitioners* (GP). Foi ainda definido que para completar com aproveitamento a especialidade os candidatos têm de obter aproveitamento pelo ICGP e pela FMMI (ICGP, s.d.).

Os candidatos à especialidade em Medicina Militar concorrem para o programa de internato médico e para as FFAA, devendo ser admitidos de acordo com os critérios estabelecidos tanto pelo ICGP como pelas FFAA; são admitidos até aos 35 anos, têm que ser licenciados/mestrados em Medicina e estar registados no *Medical Council of Ireland*. À admissão e após completarem três meses de formação na *Cadets School*, ingressam nas FFAA.

Após admissão na FMMI a formação rege-se por um programa estruturado em duas fases: a formação inicial especializada e o treino superior especializado. A formação inicial especializada corresponde ao período inicial de dois anos durante o qual o interno em Medicina Militar é promovido a Tenente e segue o programa comum aos internos de GP. Neste período são realizados estágios rotativos em hospitais designados e com idoneidade nas áreas de medicina, pediatria, emergência, psiquiatria e um estágio opcional. O treino superior especializado decorre entre o terceiro e o quinto ano de formação, em que o interno em Medicina Militar é promovido a Capitão. Neste período os locais de formação são unidades de saúde militares, sendo as temáticas abordadas do âmbito da Medicina Militar generalista e Medicina Militar ocupacional. Independentemente do local de formação deve ser assegurado que cada interno tem um tutor nomeado e supervisão clínica, devendo ser também assegurada formação em cuidados de saúde primários a militares, revista de saúde e atividades de Medicina Militar ocupacional.

Assim o currículo da especialidade em Medicina Militar engloba áreas do currículo da especialidade em GP e áreas específicas em Medicina Militar (ICGP, s.d.), das quais se destacam: Direito Militar Médico, Medicina ocupacional, Medicina tropical e do viajante, Medicina do desporto e do exercício, Medicina pré-hospitalar, Medicina Nuclear, Biológica, Química e Radiológica (NBQR), Medicina tática, Medicina em catástrofe e emergências humanitárias, Gestão de incidentes major, Medicina preventiva, entre outras.

4.1.2. Síntese conclusiva e resposta à QD1.

Tendo em conta a análise efetuada, e em resposta à QD1 - *Como está organizada a formação em Medicina Militar em Portugal e noutras FFAA?*, conclui-se que a formação complementar em Medicina Militar atual em Portugal não é comum aos três Ramos, com exceção dum momento único, o CPGSM. Este ocorre no início das carreiras dos OfMed e foi criado como um programa modular que acompanhava a evolução da carreira dos OfMed. Apesar de

estar organizado em 3 níveis, apenas se concretizou a implementação do nível 1 (certificado pela FCM UNL, com 120 horas). O CPGSM configura um programa ambicioso, mas dada a ausência de conteúdos de emergência e evacuação médicas, é insuficiente e pouco robusto. Verifica-se ainda que apesar do Exército contemplar um momento na carreira dos OfMed com formação complementar em Medicina Militar (durante o CPC), neste período não existe componente formativa de índole prática para a SOp, ficando aquém das necessidades; na Marinha e na FA já existe formação em SOp específica e certificada do Ramo, com as competências em MSH e Medicina Aeronáutica, respetivamente; nenhum dos Ramos tem formação destacada em emergência e evacuação.

Relativamente à formação complementar em Medicina Militar noutras FFAA, das realidades estudadas, verifica-se que na Irlanda a Medicina Militar é uma especialidade certificada, e que em Espanha o plano curricular se encontra definido, não estando ainda certificado. Na Irlanda a admissão ocorre apenas após a conclusão da licenciatura em Medicina e a formação complementar em Medicina Militar decorre em paralelo com a formação em GP. Nos EUA o modelo de admissão é complexo e a oferta formativa complementar em Medicina Militar é também muito diversificada, incluindo componentes formativas teóricas e práticas disponibilizadas por diversas entidades formadoras. Em Espanha a formação complementar decorre paralelamente aos anos de frequência do curso de Medicina, para os militares cuja admissão nas FFAA ocorre antes do ensino superior, sendo condensada para os que ingressam já com o curso de Medicina.

4.2. Certificação da Medicina Militar

O processo de certificação de uma área de conhecimento médico constitui um dos pilares da boa prática médica e da qualidade em Medicina, estando assente em objetivos de conhecimento e desempenho claramente definidos e validados, segundo referido por J. A. Sousa (entrevista presencial, 05 de junho de 2019).

Embora existam especificidades entre os diferentes Ramos das FFAA e nas diferentes especialidades dos OfMed, existe um conjunto de conhecimentos e competências que são comuns e que constituem a base da certificação da Medicina Militar (Palma, 2003; JA Sousa, *op. cit.*).

De acordo com a literatura, existem dois modelos principais para a certificação da Medicina Militar: através da integração no Ensino Universitário (quer pré-graduado, quer pós-graduado) (Gomes, 2006) e a certificação como diferenciação técnico-profissional pela OM (AR, 2015). Há casos em que os modelos se associam, ou seja, a realização de uma pós-graduação permite aceder à respetiva diferenciação técnico-profissional da OM.

Quanto à certificação através da integração no Ensino Universitário: o ensino pré-graduado pode ser incluído na formação com unidades curriculares lecionadas durante o período em que os OfMed realizam a sua formação nos EESPUM; o ensino pós-graduado, à semelhança de outras áreas médicas, pode ser desenvolvido através de uma formação médica pós-graduada robusta e organizada (pós-graduação ou mestrado) de forma a permitir o treino avançado e especializado em Medicina Militar.

Quanto à diferenciação técnico-profissional pela OM,

[...] Nos termos dos artigos 75.º e 97.º do Estatuto da OM, a Ordem reconhece os seguintes tipos de diferenciação técnico-profissional:

– **Especialidade.** O médico especialista é o profissional habilitado com uma diferenciação a que corresponde um conjunto de saberes específicos, obtidos após a frequência, com aproveitamento, de uma formação especializada numa área do conhecimento médico e inscrito no respetivo colégio da especialidade nos termos dos artigos 123.º e seguintes do Estatuto da OM.

– **Subespecialidade.** Título que reconhece uma diferenciação numa área particular de uma especialidade a membros do respetivo Colégio. É concedida após apreciação curricular ou exame. Pode ter a mesma designação em mais do que um Colégio desde que seja reconhecida a sua equivalência.

– **Competência.** Título que reconhece habilitações técnico-profissionais comuns a várias especialidades e que pode ser obtido por qualquer médico. É concedida após apreciação curricular ou exame. (OM, 2016, pp. 20728)

No questionário aplicado 85,9% dos respondentes considerou a certificação como “importante” ou “muito importante”.

Nas palavras de J. A. Sousa (*op. cit.*) a diferenciação técnico-profissional da OM mais adequada à Medicina Militar é a competência, podendo ser alcançada por qualquer OfMed até concluir uma especialidade, à semelhança do que acontece com a competência de Emergência Médica, desde que o candidato preencha os requisitos curriculares e formativos necessários. Tendo em conta as especificidades da carreira militar, a formação complementar em Medicina Militar pode ser realizada de forma faseada ou contínua, o que não terá influência na atribuição do título pela OM (J.A. Sousa, *op. cit.*).

Atualmente, a Competência de Medicina Militar está registada na OM, tendo sido constituída uma Comissão Instaladora desta competência homologada pelo Conselho Nacional da OM de 17 de dezembro de 2016 (OM, 2019). A existência desta diferenciação técnico-profissional permitirá dotar a OM de um conjunto de técnicos qualificados que possam assessorar os órgãos da estrutura em matérias específicas desta área de especialização, para além de assegurar a qualidade da formação dos médicos com esta competência (AR, 2015).

De acordo com J.A. Sousa (*op. cit.*) a certificação da Medicina Militar como uma diferenciação técnico-profissional é um processo exigente que apresenta vários desafios: o reconhecimento da Medicina Militar como área com conhecimentos e competências próprias; motivação profissional dos OfMed pela aquisição de uma competência, que se traduza numa efetiva aquisição de conhecimentos e não apenas pelo interesse curricular; estimulação à formação e à capacitação dos OfMed, e a melhoria das competências profissionais e formação contínua ao longo da carreira médica militar.

4.2.1. Síntese conclusiva e resposta à QD2.

Tendo em conta a análise efetuada, e em resposta à QD2 - *De que forma pode a Medicina Militar ser certificada?*, conclui-se que o modelo mais adequado para a certificação da Medicina Militar é a Competência pela OM. Para tal o OfMed após a realização de uma formação com currículo pré-definido (que pode ser realizada por fases), sujeita-se a uma apreciação curricular por uma Comissão da OM, obtendo a competência em Medicina Militar.

Relativamente à certificação, salienta-se a unanimidade na resposta dos entrevistados ao considerar que a certificação da Medicina Militar é uma mais-valia e que 85,9% dos respondentes consideraram “importante” ou “muito importante” esta certificação. Para todos os entrevistados a formação complementar em Medicina Militar deve contemplar um programa curricular estruturado e completo que permita o treino avançado e especializado em Medicina Militar.

4.3. Necessidades de formação em Medicina Militar

4.3.1. Conteúdos programáticos a incluir numa formação em Medicina Militar

A formação dos militares do SSM é uma preocupação permanente porque se constitui como uma necessidade crítica para a SM das FFAA portuguesas (Mendes, 2013). No Relatório sobre a SM de 2018, o grupo de trabalho elenca diversas propostas que estão atualmente a ser contempladas, relativamente à formação dos OfMed (EMGFA, 2018) conforme listado no Quadro 5.

Quadro 5 – Propostas de formação e treino para os médicos militares das Forças Armadas Portuguesas

Área temática	Tipo de formação a realizar
Formação básica militar polivalente para admissão de militares nos Quadros Especiais de Saúde aos Quadros Permanentes	Independente do Ramo de incorporação realizam uma formação complementar conjunta com passagem pelo(s): – Três Ramos; – UEFISM, com formação diferenciada em: - SOP: resposta ao trauma, SAV, saúde de campanha, fisiologia e patologia do esforço, fisiologia e patologia hiperbárica, fisiologia e patologia aeronáutica, assistência humanitária; - Saúde ocupacional: avaliação do dano e manutenção e promoção de saúde. – HFAR.
Formação contínua em SOP	Cursos de especialização (a identificar), com revalidação dos mesmos a cada três anos, até à promoção a oficial superior.
Formação em gestão em serviços de saúde	Disponibilizar aos oficiais superiores, que desempenhem cargos de direção e chefia em órgãos do SSM, formação especializada em gestão em serviços de saúde.
Treino em Saúde	Integração dos OfMed em equipas de Viatura Médica de Emergência e Reanimação (VMER) do INEM ou em serviços de urgência hospitalar civis. Eventual treino em ambiente de Simulação Médica.

Fonte: Construído a partir de Relatório sobre a Saúde Militar – EMGFA (2018).

Para além desta preocupação nacional, é exigência das OI com as quais Portugal tem compromissos, nomeadamente a OTAN, que no ApSan se mantenham procedimentos adequados e padronizados de forma a garantir a prestação de cuidados de saúde de elevada qualidade e de forma interoperável (NATO, 2013b).

De acordo com o publicado na AMedP-8.3 *Training Requirements for Healthcare Personnel in Military Operations* (NATO, 2013b), todas as nações pertencentes à OTAN devem cumprir os requisitos mínimos de formação necessários à participação em atividades da Aliança. No que diz respeito aos intervenientes na área da saúde (médicos, enfermeiros e socorristas),

estes devem ter Formação Básica para Profissionais de Saúde. Adicionalmente, os médicos e enfermeiros que participem em missões multinacionais, sob comando militar, devem ter formação nas seguintes áreas: Formação e Técnicas de Trauma Geral e Trauma Tático, Relações Multinacionais e Ética Médica, Risco Ambiental, Tropical e Gestão de *Stress* (NATO, 2013b).

Torna-se também pertinente o conhecimento das necessidades de formação complementar em Medicina Militar para missões da ONU cujo sistema de ApSan tem por objetivo fornecer o nível de apoio e o tipo de pessoal médico adequado a todas as operações (United Nations, 2015). Tendo em conta a especificidade das Operações de Apoio à Paz (OAP) da ONU, o tipo de ApSan sanitário é complexo, com circunstâncias muito diversificadas e frequentemente sem infraestruturas médicas dentro da área da missão. Para facilitar a interoperabilidade no Sistema de ApSan da ONU é feita formação multinacional e orientada para a missão específica, como exemplos: formação em primeiros socorros; formação pré-missão para OfMed em OAP; formação específica para missão (United Nations, 2015).

Em Portugal, a formação complementar em Medicina Militar não está orientada em concordância com as diretrizes gerais de formação específica da OTAN ou da ONU. Segundo Castro (2017, p. 31) a “formação em áreas como a emergência e trauma, gestão do *stress*, medicina de catástrofe e nos treinos orientados para as missões” é insuficiente.

Da análise do Quadro 6, observa-se que a maior percentagem de OfMed já teve alguma formação complementar em Medicina Militar (69%), mas a maioria discorda que esta formação tenha sido satisfatória em termos de preparação para o exercício da Medicina Militar. A grande maioria dos OfMed (pelo menos >60%) já participou em atividades de Classificação e Seleção, Inspeções e Juntas Médicas, no entanto, não se sentem capazes para a realização das mesmas.

Quadro 6 – Formação do OfMed e as funções/atividades desempenhadas pelo OfMed

	1	2	3	4	5	SIM (n/%)	NÃO (n/%)
	Discordo Totalmente (n/%)	Discordo Parcialmente (n/%)	Não Con- cordo nem Discordo (n/%)	Concordo Parcialmente (n/%)	Concordo Totalmente (n/%)		
Formação do médico militar							
Na formação militar que teve foram claras as funções que um médico militar desempenha.	31/24.2	53/41.4	14/10.9	26/20.3	4/3.1	-	-
No Curso de Formação de Oficiais Médicos teve alguma formação complementar em medicina militar?	-	-	-	-	-	88/68.8	40/31.3
Os conteúdos ministrados foram úteis para o desempenho das minhas funções até à data.	9/8.1	27/30.7	13/14.8	38/43.2	2/2.3	-	-
A formação ministrada preparou-me de forma satisfatória para o exercício da Medicina Militar (operacional e assistencial).	19/21.6	41/46.6	12/13.6	15/17.0	1/1.1	-	-
Realizou a Pós-Graduação em Saúde Militar na Escola de Serviço de Saúde Militar?	-	-	-	-	-	107/83.6	21/16.4
Os conteúdos ministrados foram úteis para o desempenho das minhas funções até à data.	17/15.9	34/31.8	21/19.6	34/31.8	1/0.9	-	-

Funções / atividades desempenhadas pelo médico militar							
Já efetuou atividades de Classificação e Seleção?	-	-	-	-	-	107/83.6	21/16.4
Sinto-me capaz de efetuar atividades de Classificação e Seleção.	13/10.2	36/28.1	20/15.6	44/34.4	15/11.7	-	-
Antes de participar em atividades de Classificação e Seleção tive formação nesta área.	88/68.8	21/16.4	11/8.6	11/8.6	8/6.3	-	-
Já participou em Inspeções (auditorias)?	-	-	-	-	-	78/60.9	50/39.1
Sinto-me capaz de participar em Inspeções.	47/36.7	27/21.1	14/10.9	31/24.2	9/7.0	-	-
Antes de participar em Inspeções (auditorias) tive formação nesta área.	87/68.0	20/15.6	17/13.3	3/2.3	1/0.8	-	-
Já participou em Juntas Médicas?	-	-	-	-	-	78/60.9	50/39.1
Sinto-me capaz de participar em Juntas Médicas.	39/30.5	27/21.1	21/16.4	30/23.4	11/8.6	-	-
Antes de participar em Juntas Médicas tive formação nesta área.	85/66.4	15/11.7	18/14.1	8/6.3	2/1.6	-	-
Já desempenhou funções numa Unidade Operacional (UnOp)?	-	-	-	-	-	122/95.3	6/4.7
Sinto-me capaz de desempenhar as funções que me estão atribuídas ao nível assistencial numa UnOp (ou seja, cuidados de saúde primários).	9/7.0	20/15.6	12/9.4	67/52.3	20/15.6	-	-
Sinto-me capaz de desempenhar as funções que me estão atribuídas ao nível operacional numa UnOp (exercícios no campo, traumatologia e outros).	19/14.8	23/18.0	15/11.7	51/39.8	20/15.6	-	-
Sinto-me capaz de desempenhar as funções que me estão atribuídas enquanto membro do Estado-Maior Técnico/ apoio na tomada de decisão numa UnOp.	12/9.4	22/17.2	20/15.6	59/46.1	15/11.7	-	-
Já esteve em missão numa Força Nacional Destacada (FND)?	-	-	-	-	-	62/48.4	66/51.6
Sinto-me capaz de desempenhar as funções que me estão atribuídas ao nível assistencial numa FND (ou seja, cuidados de saúde primários).	14/10.9	18/14.1	22/17.2	56/43.8	18/14.1	-	-
Sinto-me capaz de desempenhar as funções que me estão atribuídas ao nível operacional numa FND (exercícios no campo, traumatologia, outros).	18/14.1	32/25.0	19/14.8	41/32.0	18/14.1	-	-
Sinto-me capaz de desempenhar as funções que me estão atribuídas enquanto membro do Estado-Maior Técnico/ apoio na tomada de decisão numa FND.	16/12.5	23/18.0	26/20.3	48/37.5	15/11.7	-	-

Da análise do Quadro 7, constata-se pelo menos 50% dos OfMed consideraram *Importante* ou *Muito Importante* as seguintes áreas passíveis de integrarem um programa de formação em Medicina Militar: Medicina do exercício/desportiva, Prevenção e tratamento de stress, Medicina de emergência, Evacuações médicas, Medicina de catástrofe, ATLS, PHTLS, Viatura Médica de Emergência e Reanimação, TC3, Transporte do doente crítico.

Quadro 7 – Áreas passíveis de integrar um eventual programa de formação complementar em Medicina Militar

	1	2	3	4	5	6
	Nada importante (%)	Pouco importante (%)	Indiferente (%)	Importante (%)	Muito importante (%)	Não concordo (%)
Medicina do Trabalho	3.1	4.7	9.4	42.2	36.7	3.9
Medicina do exercício / desportiva	0.0	1.6	2.3	33.6	60.2	2.3
Medicina NBQR	0.0	10.2	9.4	44.5	34.4	1.6
Medicina ambiental (ambientes extremos)	0.0	3.1	6.3	44.5	44.5	1.6
Prevenção e tratamento do stress	1.6	3.1	8.6	54.7	30.5	1.6
Medicina tropical	0.8	4.7	10.2	47.7	33.6	3.1
Medicina de emergência	0.0	0.0	1.6	12.5	82.0	3.9
Evacuações médicas	0.0	0.8	1.6	16.4	78.1	3.1
Medicina de catástrofe	0.0	1.6	2.3	34.4	57.8	3.9
<i>Advanced Trauma Life Support</i>	1.6	0.8	0.8	17.2	75.0	4.7
<i>Pre Hospital Trauma Life Support</i>	2.3	0.8	2.3	16.4	72.7	5.5
Viatura Médica de Emergência e Reanimação	0.0	1.6	5.5	21.9	64.8	6.3
<i>Tactical Combat Casualty Course</i>	2.3	3.9	7.8	22.7	57.8	5.5
Transporte de doente crítico	0.0	2.3	3.1	25.8	63.3	5.5
Medicina aeronáutica	2.3	4.7	15.6	37.5	35.9	3.9
Medicina hiperbárica e subaquática	2.3	5.5	21.1	39.8	27.3	3.9
Juntas médicas	0.8	1.6	14.8	46.9	32.0	3.9
Economia / Gestão / Liderança em Saúde	3.1	5.5	15.6	47.7	24.2	3.9
Qualidade em Saúde	3.1	10.9	23.4	44.5	15.6	2.3
Logística sanitária	2.3	5.5	10.2	46.9	31.3	3.9
Ética e o Direito internacional humanitário	4.7	8.6	24.2	39.8	20.3	2.3
Planeamento médico conjunto	0.8	4.7	15.6	41.4	33.6	3.9
MedIntel	0.8	5.5	14.8	43.8	32.8	2.3
Classificação e seleção	0.8	1.6	14.8	44.5	34.4	3.9
Telemedicina	4.7	9.4	24.2	40.6	18.0	3.1
Saúde pública	3.1	10.9	22.7	44.5	16.4	2.3
Patient Evacuation Coordination Cell	2.3	3.9	14.1	44.5	31.3	3.9
Curso de formação de formadores	3.9	15.6	25.8	34.4	16.4	3.9

Legenda:

> 50%	40-49%	30-39%	20-29%	10-19%	0-9%
-------	--------	--------	--------	--------	------

Análise dos dados das entrevistas. Das entrevistas desenvolvidas, obtiveram-se cinco respostas (Quadro 8): do chefe de Departamento Operacional do Centro de Treino da Marinha, do Presidente da Comissão Instaladora da UEFISM e do DIRSAM.

Quadro 8 - Resultados das entrevistas realizadas aos OfMed responsáveis pela formação em Medicina Militar

Perguntas	Respostas
1. Quais as linhas orientadoras essenciais para estruturar a formação em MedM?	<ul style="list-style-type: none"> - Envolver OfMed com experiência e formação em MedM dos 3 Ramos das FFAA e da GNR; - Definir áreas específicas e identitárias a que a MedM se deve dedicar e definir a formação a partir daí; - Conhecer o âmbito de atuação em ambiente operacional diferenciado e definir um currículo obrigatório e matérias específicas complementares.
2. A formação em MedM em Portugal deve seguir um modelo já existente?	<ul style="list-style-type: none"> - A realidade de outros países deve ser estudada, nomeadamente de países OTAN pela possibilidade de atuação em ambiente multinacional; - A reestruturação da SM que está a ocorrer em Portugal irá determinar o modelo de formação a seguir, existindo a oportunidade de criar algo novo, que consiga conciliar o melhor de um Sistema de Saúde Público com os modelos, atualmente mais adotados, de natureza mais economicista.
3. A formação em MedM deve existir em que fase da formação de um OfMed?	<ul style="list-style-type: none"> - A fase da formação pode variar consoante a formação em consideração: atividade operacional vs planeamento e organização; - Ao longo de toda a carreira militar; iniciada o mais precocemente possível, após estarem consolidados e testados os conhecimentos médicos básicos; - O percurso profissional e expectativas do militar deve ser acordado entre ele e a instituição militar, podendo o percurso formativo condicionar a progressão na carreira.
4. Quanto tempo de formação teórica e prática considera adequado para que a formação em MedM seja uma considerada uma competência técnica que represente uma mais valia para as FFAA?	<ul style="list-style-type: none"> - O tempo de formação dependerá: <ul style="list-style-type: none"> - Do currículo proposto sendo necessário garantir para cada uma das áreas os conhecimentos teóricos e práticos essenciais; - Da diferenciação técnico-profissional pretendida para a MedM; - Proposta: 400 horas + tempo de tirocínio; - Poderão existir áreas formativas que não sejam obrigatoriamente incluídas por não terem de ser ministradas a todos os OfMed.
5. Quais as vantagens que a certificação da MedM como diferenciação técnico-profissional pela OM pode trazer aos OfMed?	<ul style="list-style-type: none"> - Oficialização e reconhecimento pelos pares e instituições; - Afirmary-se como uma área de conhecimento distinta, facilmente identificada, que poderia incrementar o recrutamento; - Assegurar a competência técnica dos OfMed no desempenho das suas funções.
6. Qual a sua visão/opinião sobre a criação de um plano de formação em MedM comum aos diferentes Ramos das FFAA?	<ul style="list-style-type: none"> - Faz sentido e é desejável; - É fundamental pois há formação que deve ser transversal à atuação em qualquer ambiente operacional.
7. De que forma deverá ser estruturado um programa de formação em MedM conjunto?	<ul style="list-style-type: none"> - O programa poderá ser ajustado consoante a área de especialização do OfMed, ajustado ao desempenho de funções específicas e adaptado à especificidade de cada Ramo; - Uma proposta atualmente a ser estudada contempla uma componente teórica faseada em 3 níveis: Nível 1: Formação Geral (integração e orientação), Nível 2: Formação Operacional (técnica e tática), Nível 3: Formação Complementar (gestão e estratégia); contempla também uma componente prática complementar a desenvolver eventualmente numa fase precoce da carreira militar, em simultâneo com a formação teórica de níveis 1 e 2.

<p>8. Quais considera serem as principais áreas a contemplar na formação em MedM?</p>	<p>Emergência, Emergência pré-hospitalar, Medicina tática/Emergência em combate, Medicina de Catástrofe, SAV em incidentes NBQR, Doenças Infeciosas e Medicina Tropical ou do Viajante, Infeções Associadas a Cuidados de Saúde, Medicina em Ambientes Extremos, Medicina de apoio a eventos, Cirurgia de combate/de controlo de danos, Aprontamento Medico Sanitário, MEDINTEL, Planeamento operacional sanitário, Gestão de meios de socorro e orientação de doentes urgentes, Evacuações Médicas;</p> <p>Dependendo do modelo de reestruturação da SM, algumas competências poderão não ser comuns a todos os OfMed: Medicina naval; Medicina do mergulho e hiperbárica; Medicina aeronáutica, Medicina em ambientes extremos; o currículo específico poderá contudo conter noções básicas destas áreas;</p> <p>Algumas formações complementares foram elencadas: Legislação médica militar (nacional e internacional), História da medicina militar, Qualidade em Saúde, Gestão da Saúde, Formação de Formadores, Liderança em Saúde.</p>
<p>9*. No seu entendimento, qual deveria ser a estrutura responsável pela criação/supervisão da certificação da MedM como diferenciação técnico-profissional?</p>	<p>A DIRSAM pois a ela cabe “colaborar nas propostas sobre as linhas de ação no âmbito da SM.”</p> <p>* Esta questão foi colocada apenas ao DIRSAM, J.J. Silva (entrevista presencial, 28 de junho de 2019)</p>

4.3.2. Síntese conclusiva e resposta à QD3

Tendo em conta a análise efetuada, e em resposta à QD3 - *Quais são as necessidades de formação complementar em Medicina Militar?*, conclui-se que as necessidades de formação complementar em Medicina Militar já foram alvo de diversos estudos, não sendo fácil a sua implementação. As necessidades de formação complementar em Medicina Militar para os OfMed portugueses estão interligadas com a frequente atuação em ambientes multinacionais, existindo algumas áreas que não estão a ser devidamente acauteladas.

No âmbito de atuação em território nacional, nas funções que os OfMed podem desempenhar, a vertente assistencial no âmbito de uma especialidade é assegurada pela formação ministrada (na maioria dos casos) no Sistema Nacional de Saúde onde os OfMed frequentam o internato. Sabendo que o internato médico em Portugal se inicia com um ano de formação generalista em diversas áreas pode estar justificado o facto de a maioria dos respondentes se sentir capaz de desempenhar as funções que lhes são atribuídas no âmbito da atividade assistencial em cuidados de saúde primários. Na vertente operacional, o desempenho de funções pode ser condicionado pela falta de formação em áreas específicas, conforme espelhado nas necessidades de formação elencadas no Relatório sobre a Saúde Militar (EMGFA, 2018); no presente trabalho, verificou-se que cerca de metade dos respondentes se sente capaz de desempenhar as funções que lhes são atribuídas no âmbito operacional tanto numa UnOp como numa FND. Em relação à capacitação para o desempenho de atividades de classificação e seleção, de inspeções ou juntas médicas, já foi referido que a maioria dos OfMed não se sente habilitado ao desempenho destas funções, constituindo-se assim esta área como uma necessidade formativa.

Quando questionados sobre que temas formativos deveriam ser incluídos numa formação complementar em Medicina Militar, mais de 50% dos respondentes considera importantes ou muito importantes: Medicina do Exercício/Desportiva, Prevenção e Tratamento de *Stress*, Medicina de Emergência, Evacuações Médicas, Medicina de Catástrofe, ATLS, PHTLS, VMER,

TC3 e Transporte de Doente Crítico. Foram considerados importantes por aproximadamente metade dos respondentes os seguintes temas: Medicina Tropical, Juntas Médicas, Economia/Gestão/Liderança em Saúde, Logística Sanitária; 44,5% consideraram também importante a Medicina NBQR, Medicina Ambiental, Qualidade em Saúde, Classificação e Seleção, Saúde Pública e *Patient Evacuation Coordination Cell*.

Os OfMed entrevistados consideraram existir um *core* de áreas formativas a incluir na formação complementar em Medicina Militar das FFAA portuguesas: Emergência, Emergência pré-hospitalar, Medicina Tática/Emergência em Combate, Medicina de Catástrofe, SAV em incidentes NBQR, Doenças Infeciosas e Medicina Tropical ou do Viajante, Infecções Associadas a Cuidados de Saúde, Medicina em Ambientes Extremos, Medicina de apoio a Eventos, Cirurgia de Combate/de Controlo de Danos, Aprontamento Médico-sanitário, MEDINTEL, Planeamento Operacional Sanitário, Gestão de Meios de Socorro e Orientação de Doentes Urgentes, Evacuações Médicas. Em relação a áreas como a Medicina Naval, MSH, Medicina Aeronáutica e Medicina em Ambientes extremos, foi referido que se poderia considerar inserir no currículo específico algumas noções básicas destas áreas; complementarmente e numa fase mais avançada da carreira poderiam ser incluídas formações como: Legislação Médica Militar (nacional e internacional), História da Medicina Militar, Qualidade em Saúde, Gestão da Saúde, Formação de Formadores e Liderança em Saúde.

4.4. Ferramentas catalisadoras à criação da Medicina Militar como diferenciação técnico-profissional e resposta à QC

Em Portugal a formação complementar em Medicina Militar não é comum nem uniforme entre os três Ramos das FFAA, como seria desejável. Após reconhecidas as lacunas da formação complementar em Medicina Militar existentes nas FFAA portuguesas e após pesquisa da realidade de outras FFAA, destacamos o modelo espanhol onde, à semelhança das nossas FFAA, é possível o ingresso como médico ou para o ensino superior, sendo a formação militar técnica semelhante para todos os médicos. Para os médicos que ingressam para o ensino superior, a formação é realizada ao longo de seis anos, juntamente com o ensino da medicina civil. Para os licenciados ou especialistas a formação é condensada ao longo de um ano, durante os primeiros quatro meses têm formação militar generalista nas diferentes academias militares, após a qual iniciam a formação militar técnica na área de saúde.

Sendo o processo de certificação de uma área de conhecimento médico um dos pilares da boa prática médica e da qualidade em Medicina, a certificação da Medicina Militar parece ser fundamental. Embora existam especificidades entre os diferentes Ramos das FFAA e nas diferentes especialidades dos OfMed, existe um conjunto de conhecimentos e competências que são comuns e que podem constituir a base da certificação da Medicina Militar. O modelo mais adequado para a certificação da Medicina Militar é a Competência pela OM. Para tal o OfMed após a realização de uma formação com currículo pré-definido (que pode ser realizada por fases), sujeita-se a uma apreciação curricular por uma Comissão da OM, obtendo a competência em Medicina Militar.

A formação dos militares do SSM é uma preocupação permanente porque se constitui como uma necessidade crítica para a SM das FFAA portuguesas. No Relatório sobre a SM de

2018, o grupo de trabalho elenca diversas propostas que estão atualmente a ser contempladas, relativamente à formação dos OfMed; para além desta preocupação nacional, é exigência das OI com as quais Portugal tem compromissos, nomeadamente a OTAN, que no ApSan se mantenham procedimentos adequados e padronizados de forma a garantir a prestação de cuidados de saúde de elevada qualidade e de forma interoperável. No âmbito de atuação em território nacional, nas funções que os OfMed podem desempenhar, a vertente assistencial parece estar bem suportada pela formação graduada dos OfMed. Por outro lado, no que toca à componente operacional, neste trabalho foram identificadas inúmeras lacunas em termos de formação complementar em Medicina Militar. Em relação à capacitação para o desempenho de atividades de classificação e seleção, de inspeções ou juntas médicas, com base neste estudo, a maioria dos OfMed respondentes não se sente habilitada ao desempenho destas funções, constituindo-se assim esta área como uma necessidade formativa. Quando questionados sobre que temas formativos deveriam ser incluídos numa formação complementar em Medicina Militar, no nosso questionário, mais de 50% dos respondentes considera importantes ou muito importantes: Medicina do Exercício/Desportiva, Prevenção e Tratamento de *Stress*, Medicina de Emergência, Evacuações Médicas, Medicina de Catástrofe, ATLS, PHTLS, VMER, TC3 e Transporte de Doente Crítico. Foram considerados importantes por aproximadamente metade dos respondentes os seguintes temas: Medicina Tropical, Juntas Médicas, Economia/Gestão/Liderança em Saúde, Logística Sanitária; 44,5% consideraram também importante a Medicina NBQR, Medicina Ambiental, Qualidade em Saúde, Classificação e Seleção, Saúde Pública e *Patient Evacuation Coordination Cell*. Os OfMed entrevistados consideraram existir um *core* de áreas formativas a incluir na formação complementar em Medicina Militar das FFAA portuguesas: Emergência, Emergência pré-hospitalar, Medicina Tática/Emergência em Combate, Medicina de Catástrofe, SAV em incidentes NBQR, Doenças Infeciosas e Medicina Tropical ou do Viajante, Infecções Associadas a Cuidados de Saúde, Medicina em Ambientes Extremos, Medicina de apoio a Eventos, Cirurgia de Combate/de Controlo de Danos, Aprontamento Médico-sanitário, MEDINTEL, Planeamento Operacional Sanitário, Gestão de Meios de Socorro e Orientação de Doentes Urgentes, Evacuações Médicas; complementarmente e numa fase mais avançada da carreira poderiam ser incluídas formações como: Legislação Médica Militar (nacional e internacional), História da Medicina Militar, Qualidade em Saúde, Gestão da Saúde, Formação de Formadores e Liderança em Saúde.

Tendo em conta a análise efetuada, e em resposta à QC - *Que ferramentas podem ser catalisadoras à criação da Medicina Militar como diferenciação técnico-profissional em Portugal?*, conclui-se que é a realização de uma formação complementar em Medicina Militar comum aos três Ramos das FFAA, certificada como Competência Médica pela Ordem dos Médicos e como disciplinas a incluir no plano curricular as apresentadas na Tabela 1.

Tabela 1 – Currículo Proposto

ATLS
TC3
Trauma Tático / Medicina Tática
Gestão do Stress
Medicina tropical/viajante
Medicina de Catástrofe
Medicina Ambiental
Medicina NBQR
Evacuações Médicas
Formação Emergência e Trauma (VMER)
Classificação e Seleção
Juntas Médicas
Economia/Gestão/Liderança em Saúde

O presente currículo de formação complementar em Medicina Militar teria de contemplar tempos de formação teórica e prática mínimos, devendo ser desenvolvido um estudo nesta área que permita conciliar os tempos necessários para se obterem qualificações e proficiência no exercício das áreas propostas, com a necessidade dos Ramos de poderem empregar os seus OfMed nas missões que terão de desempenhar.

5. Conclusões

A Medicina Militar representa um conjunto de conhecimentos, competências e práticas inerentes ao exercício da medicina em ambiente militar. Na reforma do SSM, do Programa do XIX Governo Constitucional, reúnem-se duas componentes para as quais o OfMed deve estar preparado: operacional e assistencial. A formação complementar em Medicina Militar está identificada como uma necessidade, devendo esta ser padronizada, certificada e em concordância com os requisitos da OTAN e da ONU.

O tema deste trabalho é a *Criação da Medicina Militar como Subespecialidade Médica*; aqui foram estudados os conceitos fundamentais para a (eventual) concretização do projeto definido. Em primeiro lugar, foi necessário compreender o que é, e qual o lugar da Medicina Militar em Portugal. Para isto, foi descrito o percurso formativo dos OfMed nas FFAA durante as últimas décadas. Reconhecida sobretudo desde a década de 90, com a integração de OfMed em contingentes de missões multinacionais, verificou-se que a formação em Medicina Militar era insuficiente. Existe, pelo menos, desde 2006 documentação nacional onde está vertida a necessidade da formação complementar em Medicina Militar (Gomes, 2006), estando também identificados os conteúdos programáticos a incluir nessa formação (EMGFA, 2018; Gomes, 2006; NATO, 2013b); atualmente a formação complementar em Medicina Militar existente em Portugal considera-se aquém do exigido pela doutrina da OTAN e da ONU (Gomes, 2006; Castro, 2017).

Neste âmbito e da resposta à QD1, e por conseguinte, do estudo do OE1, *Analisar como*

está organizada a formação em Medicina Militar em Portugal e noutras FFAA, conclui-se que a organização da formação em Medicina Militar em Portugal tem lacunas importantes, sobretudo ao nível da formação em emergência médica, o que representa inclusive uma não conformidade com as exigências da OTAN e da ONU, com as quais Portugal atua em cenários multinacionais. A forma como está atualmente organizada a formação complementar em Medicina Militar não confere as competências necessárias para o desempenho das funções dos OfMed embora o interesse individual destes, associado possivelmente à sua proatividade, tenha conseguido assegurar que estes profissionais se sintam capazes de desempenhar as suas funções no âmbito assistencial e operacional. No âmbito das atividades de gestão, de juntas médicas, de inspeções e de seleção os OfMed sentem mais dificuldades e não existe atualmente qualquer formação estruturada que permita capacitá-los. A implementação de um modelo de formação em Medicina Militar em Portugal poderá seguir algumas linhas orientadoras da OTAN/ONU ou aproximar-se de um modelo de países parceiros, sendo dos exemplos estudados neste trabalho a realidade espanhola a que mais se aproxima da portuguesa; contudo terá sempre de ser adaptado às necessidades das FFAA portuguesas.

Em resposta à QD2, e, associadamente, do estudo do OE2, *Analisar de que forma pode a Medicina Militar ser certificada*, verifica-se que a certificação como competência seria o melhor modelo a adotar pois permite que a Medicina Militar seja uma competência comum a diferentes especialidades médicas e pode ser alcançada antes da conclusão da Formação Específica de Especialidade. Na realidade da SM em Portugal seria vantajoso assegurar que o percurso formativo já desenvolvido garante a proficiência de atos médicos, nomeadamente em ambiente de emergência e de combate, mas também em avaliação de dano e seleção. Assim, a constituição da Competência em Medicina Militar representaria uma mudança de paradigma na SM em Portugal, potenciando as capacidades dos OfMed no desempenho das suas funções mas também incrementando a responsabilidade de todos os intervenientes neste processo, desde os decisores, os comandantes/diretores/chefes, os formadores e até aos próprios formandos.

Relativamente à QD3, e correspondente estudo do OE3, *Analisar as necessidades de formação em Medicina Militar*, observou-se a existência de algumas competências consensuais entre os Ramos e independentemente da evolução do SSM, existindo áreas formativas que poderão ser específicas dos Ramos ou dirigidas à função a desempenhar, propondo-se uma formação complementar em Medicina Militar comum aos três Ramos que contemple no seu programa curricular os seguintes conteúdos: ATLS, TC3, Trauma Tático/ Medicina Tática, Gestão do Stress, Medicina Tropical/viajante, Medicina de Catástrofe, Medicina Ambiental, Medicina NBQR, Evacuações Médicas, VMER, Classificação e Seleção, Juntas Médicas, Economia / Gestão / Liderança em Saúde.

Com o presente trabalho foram dados alguns *contributos para o conhecimento* tal como o reconhecimento de algumas áreas em que os OfMed habitualmente trabalham e não se sentem capazes para o desempenho em pleno das suas funções, das quais se salienta: Classificação e Seleção, Juntas Médicas e Inspeções.

Apesar de serem aqui discutidas uma multiplicidade de áreas consideradas pertinentes no âmbito do tema deste TFG, o presente trabalho teve várias *limitações*. Relativamente ao

questionário aplicado a todos os OfMed, o curso de SAV (considerado essencial na formação base de um OfMed), ficou ausente da lista de áreas a incluir num currículo de formação complementar em Medicina Militar, sendo esta uma lacuna identificada após a análise dos resultados. Apesar de considerarmos que uma amostra de 128 OfMed no universo das FFAA portuguesas é um número robusto, este ficou aquém das expectativas sobretudo pelo facto de 68% dos respondentes serem do Exército; apesar de em termos relativos o Exército corresponder à maior percentagem de OfMed das FFAA, o baixo número de respondentes da Marinha e FA pode ter enviesado a importância a atribuir às diferentes áreas formativas consideradas no questionário; este aspeto também poderá ter sido enviesado pela alegada inadequação da formação complementar em Medicina Militar, que limitaria a capacidade dos respondentes de priorizar a relevância das áreas passíveis de integrar um programa de formação no contexto deste estudo. Outra limitação considerada foi o facto de não ter sido possível efetivar, em tempo útil, a entrevista aos peritos em SOp do Exército e da FA; o contributo destas entrevistas teria enriquecido a diversidade de opiniões.

Resta ainda acrescentar que não foi âmbito do presente trabalho o estudo do modelo de funcionamento dos SS de outros países, no entanto, este tema reveste-se de pertinência e interesse, pelo que se sugere que esta temática seja ponto de partida para outros *estudos futuros* com vista a melhor adequar a implementação da Medicina Militar como competência.

Referências bibliográficas

- Aviso n.º 22170/2008, de 20 de agosto (2008). Protocolo celebrado entre os Ministérios da Defesa Nacional e da Saúde sobre internato médico. Diário da República, 2.ª série, 160, 36700-36702. Lisboa: Ministério da Saúde.
- BOD. 2015 [Página *online*]. Retirado de https://cud.uah.es/files/Titulaci%C3%B3n/BOD_20150812_156_CURRICULO_MEDICINA_SIN_TITULACION.pdf
- Carvalho, L. C., (2016). *Medicina Civil e Militar – duas vertentes inseparáveis* (Trabalho de Investigação Individual do Curso de Promoção a Oficial General). IUM, Lisboa.
- Castro, J. J., (2017). *Formação sanitária de apoio à atividade operacional* (Trabalho de Investigação Individual do Curso de Promoção a Oficial General). IUM: Lisboa.
- Centro Universitario de la Defensa. (2017) Planes de Estudios [Página *online*] Retirado de <https://cud.uah.es/index.php/centro4/preguntas-frecuentes>
- Comissão Interministerial para o Emprego. 2001. *Terminologia de Formação Profissional*. Lisboa: Coleção de Cadernos de Emprego.
- Conceito Estratégico Militar (2014). Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- Convocatoria. (2013). Acceso a Escalas de Oficiales, Suboficiales y MILCOM/Tropa Permanente [Página *online*]. Retirado de <https://www.sermilitar.com/cuerpo-militar-de-sanidad>
- Decreto-Lei n.º 184/2014, de 29 de dezembro (2014). *Lei Orgânica do Estado-Maior General das Forças Armadas*. Diário da República, 1ª série, 250, 6382-6397. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- Decreto-Lei n.º 186/2014, de 29 de dezembro (2014). *Lei Orgânica do Exército*. Diário da República, 1ª série, 250, 6406 - 6413. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.

- Decreto-lei n.º 37/2008, de 5 de março (2008). *Aplica ao ensino superior público militar o Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, que estabelece o regime jurídico dos graus e diplomas do ensino superior*. Diário da República, 1ª Série, 46, 1382-1387. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- Decreto-Lei n.º 519-B/77, de 17 de dezembro (1977). *Estatuto da Carreira Médico-Militar*. Diário da República, 1ª Série, 290, 2983-2986. Lisboa: Conselho da Revolução.
- Decreto-Lei n.º 90/2015, de 29 de maio (2015). *Estatuto dos Militares das Forças Armadas*. Diário da República, 1ª série, 104, 3198 – 3253. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- Direção Geral de saúde, 2014. *Programa Nacional de acreditação em Saúde: Reconhecimento da Qualidade do Sistema nacional de Saúde*. Lisboa: DGS.
- Exército (2016). *PDE 4-47-00 Apoio Sanitário*. Lisboa: MDN.
- Farinha, L. F., (2017). *Ensino e formação em saúde nas forças armadas* (Trabalho Final de Curso do CPOS). IUM: Lisboa.
- Gomes, A.F. (2006). Importância da formação pós-graduada em Saúde Militar. *Revista Militar*, pp. 879-890. Retirado de <https://www.revistamilitar.pt/artigo/116>
- Grupo de Trabalho – Despacho 036/CEMGFA/2018, 2018. *Relatório sobre a Saúde Militar*. EMGFA.
- Guerra, P.S., (2013). *Formação pós-graduada em Medicina e Enfermagem na Escola do Serviço de Saúde Militar* (Trabalho de Investigação Individual do Curso de Promoção a Oficial General). Instituto de Estudos Superiores Militares: Lisboa.
- Irish College of General Practitioners. (s.d.). *Faculty of Military Medicine* [Página online]. Retirado de https://www.icgp.ie/go/become_a_gp/faculty_of_military_medicine.
- Irish College of General Practitioners. (s.d.). *Military Medicine training pathway* [Página online]. Retirado de https://www.icgp.ie/go/become_a_gp/faculty_of_military_medicine/military_medicine_training_pathway.
- Irish College of General Practitioners. (s.d.). *Core Curriculum in Military Medicine* [Página online]. Retirado de https://www.icgp.ie/go/become_a_gp/faculty_of_military_medicine/core_curriculum_in_military_medicine
- Lei n.º 117/2015, de 31 de Agosto (2015). *Segunda alteração ao Estatuto da Ordem dos Médicos, conformando -o com a Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais, revogando o Decreto-Lei n.º 217/94, de 20 de agosto*. Diário da República, 1ª Série, 169, 6520-6579. Lisboa: Assembleia da República.
- Lei n.º 174/99, de 21 de setembro (1999). *Lei do Serviço Militar*. Diário da República, 1ª Série A, 6541- 6550. Lisboa: Assembleia da República.
- Linares, M. G. (2012). La Sanidad Operativa: Una necesidad Imperiosa. *Revista EJÉRCITO*, 851, 65-71.
- Mendes, N.C., (2013). *A Medicina Operacional e a Prontidão da Componente Operacional do Sistema de Forças* (Trabalho de Investigação Individual do Curso de Promoção a Oficial General). IUM: Lisboa.
- Mendez, H. P. (2018) *Military Medical Care: Frequently Asked Questions (R45399)*. Washington, D.C: Congressional Research Service.

- NATO (2013b). AMedP-8.3 Training Requirements for Healthcare Personnel in Military Operations (Edition A Version 1 ed. S.I). Brussels: NSA.
- Ordem dos Médicos (2019). *Competência de Medicina Militar* [Página online]. Retirado de <https://ordemosmedicos.pt/competencia-de-medicina-militar/>
- Ortiz Gonzáles, A. (1999). La nueva senda Med Mil (Esp). *Sanidad Militar*, 55(1):7.
- Palma, J., Rich N., Roy, M. (2003). Certification in military medicine. *Military Medicine*, 59, 168-9.
- Portaria n.º 162/99, de 10 de março (1999). *Autoriza a Escola Naval, a Academia Militar e a Academia da Força Aérea a conferir diplomas de formação militar complementar de licenciaturas na área da saúde*. *Diário da República*, 1ª Série B, 58, 1325-1326. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- Regulamento n.º 628/2016, de 06 de julho (2016). *Regulamento Geral dos Colégios de Especialidades e de Competências e das Secções de Subespecialidades*. *Diário da República*, 2.ª Série, 128, 20728 - 20731. Lisboa: Ordem dos Médicos.